

...continuação		Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
<p>Aos acionistas, conselheiros e diretores da CM Hospitalar S.A. - Ribeirão Preto - SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CM Hospitalar S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CM Hospitalar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p>			
<p>Realização dos ativos fiscais diferidos</p> <p>Veja nota explicativa 3.3.1.b, 4.13 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>		<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p> <p>- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do estudo técnico preparado pela administração, considerando, os dados orçamentários e a estimativa do lucro tributável futuro da Companhia; - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas; - (i) Avaliamos se as principais premissas utilizadas pela Companhia para estimar os lucros tributáveis futuros são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela administração e se os argumentos são razoáveis; - (ii) se os dados utilizados no estudo técnico são provenientes de fontes confiáveis; - (iii) se os cálculos matemáticos do estudo técnico estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro; - (iv) se os resultados do estudo técnico preparado pela Companhia estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. <p>- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	
<p>Mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, acordo de não competição e carteira de clientes, em combinações de negócios do exercício corrente</p> <p>Veja as notas explicativas 4.2 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>		<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - leitura dos documentos que formalizam a operação, tais como contratos e atas para identificação da data de aquisição e da formação do preço de aquisição; - Com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas avaliamos: (i) se a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos está consistente com metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões <p>- Avaliação se as divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão adequadas em relação aos requerimentos das políticas contábeis aplicáveis a transação.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o valor justo dos ativos adquiridos acordos de não competição e carteira de clientes, bem como as divulgações relacionadas a esse assunto no contexto das demonstrações individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.</p>	
<p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>A Companhia adquiriu participações acionárias em 2021, que resultaram na aquisição de controle de múltiplas entidades, e consequentemente na aplicação do método de aquisição que exige o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos pelo valor justo nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.</p> <p>Para determinação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos foram utilizadas as seguintes premissas: (i) acordo de não competição; projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, percentual das receitas expostas à competição, probabilidade de competição, taxa de desconto e vida útil; e (ii) carteira de clientes: taxa de retenção, rentabilidade atribuída a carteira, ativos contributivos, taxa de desconto e vida útil estimada.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à incerteza relacionada às premissas utilizadas para estimar o valor justo dos ativos adquiridos acordos de não competição e carteira de clientes que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>		<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (i) se a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos está consistente com metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões <p>- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. - Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>Joinville, 10 de março de 2022.</p>	
<p>Valor recuperável dos Ágios (Goodwill)</p> <p>Veja as notas explicativas 3.3.1 (e), 4.2, 4.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>		<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do valor em uso das UGCS foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCS, são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões; (iv) comparação entre o valor recuperável e o respectivo valor contábil da UGCS afim de identificar qualquer perda; - Se os dados base, utilizados na estimativa do valor em uso das UGCS são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis; Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	
<p>Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomados com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em conformidade com os objetivos de auditoria apropriados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. - Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>			
<p>Valor recuperável dos Ágios (Goodwill)</p> <p>Veja as notas explicativas 3.3.1 (e), 4.2, 4.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>		<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do valor em uso das UGCS foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCS, são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões; (iv) comparação entre o valor recuperável e o respectivo valor contábil da UGCS afim de identificar qualquer perda; - Se os dados base, utilizados na estimativa do valor em uso das UGCS são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis; Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	
<p>Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomados com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em conformidade com os objetivos de auditoria apropriados e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. - Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>			
<p>Valor recuperável dos Ágios (Goodwill)</p> <p>Veja as notas explicativas 3.3.1 (e), 4.2, 4.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>		<p>Como auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se a estimativa do valor em uso das UGCS foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCS, são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões; (iv) comparação entre o valor recuperável e o respectivo valor contábil da UGCS afim de identificar qualquer perda; - Se os dados base, utilizados na estimativa do valor em uso das UGCS são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis; Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>	



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-01-SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 11/03/2022 17:30

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16469442036bcc7a95e07849f28aadcb4ba97ef454